

A INTRODUÇÃO DO BUDISMO NO JAPÃO

(Resumo da palestra realizada pelo Prof. Dr. Ricardo Mário Gonçalves, do Depto. de História da FFLCH-USP, no Centro de Estudos Japoneses da USP no dia 24 de setembro de 1987).

Dividimos nossa exposição em três partes. A primeira será dedicada à apresentação de algumas noções introdutórias de Budismo. A segunda, à apresentação das rotas de expansão do Budismo, da Índia até o Japão. A terceira, para nós a mais importante, será dedicada a algumas reflexões a respeito das relações entre o Budismo e a Teocracia (Monarquia Divina) nipônica, no período compreendido entre 552 (Introdução Oficial do Budismo) e 752 (Construção do Grande Buda do Templo Tôdaiji de Nara).

1. Noções Introdutórias de Budismo.

O Budismo é uma das grandes escolas de espiritualidade do mundo oriental. Nasceu na Índia, por volta do século VI a.C., como uma das ramificações surgidas a partir do grande tronco da tradição hindu, exposta nos Vedas e nos Upanishads. Propõe-se a libertar o homem do sofrimento através do autoconhecimento. A doutrina compreende um embasamento ético, uma parte contemplativa (apelo à prática da meditação e da contemplação) e uma parte de reflexão metafísica sobre a Sabedoria. Desde suas origens a comunidade budista compreende dois setores, um círculo monástico (o monaquismo budista é o mais antigo do mundo historicamente comprovado) e a sociedade dos devotos leigos.

O Budismo se divide em um grande número de correntes ou escolas que podem ser englobadas em dois grandes grupos: o Pequeno Veículo, monástico e individualista, que predomina no Sudeste Asiático e o Grande Veículo, fundamentado na tradição laica, dotado de preocupações de ordem social e de uma grande profundidade filosófica, que predomina no Extremo Oriente. O Budismo Japonês pertence ao Grande Veículo.

Cumprе lembrar que o Grande Veículo é também uma religião de salvação em que o Buda é visto como um Salvador pessoal e não apenas como um Mestre de Sabedoria. No processo de formação do Grande Veículo, além

das raízes indianas, podemos detectar a influência de tradições espirituais e culturais de origem helenística, persa, central asiática, etc.

2. As rotas de expansão do Budismo, da Índia ao Japão.

Nos primeiros tempos de sua história o Budismo esteve confinado em sua terra de origem, isto é, a Índia. Seu processo de expansão para fora da Índia começa com o reinado do Imperador Açoka (268-236 a.C.), que enviou missionários budistas para os reinos helenísticos da Bacia do Mediterrâneo e para o Sudeste Asiático. A expansão do Budismo em direção ao Extremo Oriente utilizará dois tipos de rotas: as rotas marítimas, que ligavam as costas da Índia aos portos da costa chinesa e a rota terrestre, conhecida como Rota da Seda. Esta merecerá de nossa parte maior destaque, por causa de sua grande importância para a história do Budismo.

Dá-se o nome de Rota da Seda à longa estrada de caravanas que permitia a comunicação entre a China, a Índia e a Ásia Ocidental, através dos desertos e das estepes da Ásia Central. Esse nome se deve ao fato de ser a seda chinesa o principal produto por ela veiculado. Em meados do século II a.C., a Ásia Central, até então controlada pelos nômades Hsiung-nu—ancestrais dos nômades que posteriormente iriam invadir o Império Romano —, começa a ser ocupada por tropas e colonos chineses. A expansão chinesa na Ásia Central facilitará os contactos com a Índia e, posteriormente, a absorção do Budismo, trazido por comerciantes e missionários indianos, central-asiáticos e até mesmo partos (persas). Decisiva importância no processo de expansão do Budismo através da Rota da Seda teve o Império Kushana (sec. II d.C.) que controlava o Norte da Índia e parte da Ásia Central, mantendo além disso relações comerciais com a China, a Pérsia e o Império Romano. Seu mais famoso soberano foi o rei Kanishka (129-153 d.C.), ardente protetor e propagador do Budismo.

Datam do ano 2 a.C. as primeiras notícias da presença do Budismo no Império Chinês. No ano 67 d.C. foi construído em Lo Yang, a Capital Imperial, o primeiro templo budista chinês, conhecido como o Templo dos Cavalos Brancos. A implantação do Budismo na China deve-se principalmente à atividade de missionários-tradutores oriundos da Índia e da Ásia Central que verteram para o idioma chinês os textos sagrados do Budismo escritos em sânscrito. Temos também vários estudiosos chineses que estagiaram na Índia e atuaram posteriormente como tradutores, de volta a seu país.

Em 252 d.C., o missionário-tradutor Samghavarman, estabelecido em Lo Yang traduziu para o chinês o texto sagrado denominado Sutra da Vida Imensurável (em japonês, *Daimuryôjukyô*), que iria ser, mais tarde, um dos mais importantes livros santos do Budismo Japonês. Poucos anos antes, em

239, as crônicas chinesas registram a presença em Lo Yang de emissários da rainha Himiko do País de Yamatai, um dos primeiros Estados a serem organizados em território japonês, possivelmente em Kyû-Shû. Entretanto, não há nenhum registro de contactos entre esses japoneses e os budistas de Lo Yang. Será bem mais tarde, no século VI, que, através da mediação da Coréia, os japoneses irão conhecer o Budismo.

A penetração do Budismo na península coreana data do século IV. Nessa época encontramos na Coréia três reinos, organizados a partir de confederações tribais influenciadas pela civilização chinesa: Koguryo (*Kôkuri* em japonês), Silla (*Shiragi* em japonês) e Paektche (*Kudara* em japonês). Kudara foi o primeiro reino coreano a receber o Budismo em 384. Kôkuri recebeu-o em 396 e por sua vez introduziu-o em Shiragi em 450.

O século VI é um momento decisivo no processo de fortalecimento e consolidação do primitivo estado monárquico japonês, o Estado Yamato, cujas nebulosas origens remontam ao século IV. É intensa nesse momento a intromissão do Japão na política coreana, dispondo o mesmo de uma base na península, o enclave de Mimana. As guerras entre os reinos coreanos são intensas e muitos refugiados coreanos e chineses buscam um refúgio de paz no território japonês. Dentre esses refugiados destaca-se o artesão Shiba Tatto, fabricante de selas para cavalos, que trouxe as primeiras imagens búdicas para o Japão em 522. Pouco depois, em 538 ou 552, o rei Seimei, de Kudara, esperançoso de conseguir uma aliança militar com o Japão frente a seus dois vizinhos mais fortes, manda imagens de Buda, estandartes e livros sagrados de presente ao Imperador Kinmei. Na mesma época Kudara faz outra contribuição decisiva ao progresso cultural nipônico enviando ao Japão o letrado Wa-ni, responsável pela introdução no país dos clássicos confucianos e das ciências tradicionais da China.

Vemos por este rápido apanhado que as rotas de transmissão do Budismo na Ásia Oriental são as rotas da diplomacia e das alianças entre estados. Os grandes focos da expansão do Budismo são as capitais dos estados monárquicos. No que tange aos estados coreanos, é fácil perceber que os reis desses estados em formação patrocinem com entusiasmo a introdução de uma religião universal capaz de enfraquecer os antagonismos oriundos dos antigos cultos tribais. No Japão as relações entre o Budismo e a corte de Yamato serão também bastante estreitas. Isso nos leva a considerar nosso terceiro tema, a saber, as ligações entre o Budismo e a monarquia divina nipônica.

3. O Budismo e a Teocracia no Japão (552-752).

O Japão era, até sua derrota em 1945 frente aos Aliados, uma estranha mescla de capitalismo industrial com teocracia ou monarquia divina oriental.

Os dirigentes da Era Meiji (1868-1912), responsáveis pela formação do Japão moderno, lançaram mão de antigos símbolos e mitos teocráticos para criar no povo uma consciência nacional até então inexistente. O *Tennô* (Imperador), da mesma forma que o Faraó do Antigo Egito ou o Inca do Peru, era considerado “deus manifesto em forma humana” (*arahitogami*, em japonês). A Constituição Imperial promulgada em 1889 definia a pessoa do Imperador como “sagrada e inviolável” (*Tennô wa shinsei ni shite okasubekarazu*).

A tradição teocrática no Japão remonta ao período das origens do Estado Yamato. Entretanto, com exceção de um breve momento que corresponde ao século V, época de construção de gigantescos túmulos imperiais, nunca o Imperador exerceu o poder absoluto. Até o século XIII, quando o regime feudal foi instaurado e o poder passou às mãos da classe guerreira dos *bushi* ou samurais, a monarquia japonesa se caracterizava pela associação entre a família imperial e grandes famílias aristocráticas que exerciam o poder de fato em nome do *Tennô*. Os laços que uniam a família aristocrática em evidência ao *Tennô* eram reforçados por uma política de casamentos. Os chefes dos clãs aristocráticos procuravam casar suas filhas com imperadores ou herdeiros do trono, o que os convertia em futuros sogros de imperadores e em eventuais tutores de soberanos de tenra idade. Essas estratégias nipônicas de parentesco e poder estão admiravelmente analisadas no artigo de Claude Lévi-Strauss *Leituras Cruzadas*, publicado em seu livro *O Olhar Distanciado*.

Muitos historiadores definem a base sócio-econômica da primitiva monarquia nipônica como escravista. Na nossa opinião eles estão equivocados, iludidos por uma visão eurocêntrica da História, já que nada existe no Japão antigo que lembre a escravidão clássica das sociedades grega e romana. Se quisermos tomar de empréstimo ao Marxismo um conceito teórico que nos ajude a compreender a estrutura da sociedade japonesa arcaica, é ao Modo de Produção Asiático e não ao Escravismo que devemos recorrer. Assim, não é mão de obra escrava que encontramos no antigo Japão mas sim comunidades de camponeses livres que cultivam terras da Coroa ou dos grandes aristocratas em troca do pagamento de tributos em espécie e da prestação de corvéias (trabalho compulsório gratuito). A coordenação das atividades econômicas, a cobrança dos tributos e a distribuição dos excedentes cabe ao Palácio Imperial e aos clãs aristocráticos a ele associados.

No momento da introdução do Budismo no Japão em meados do século VI dois clãs associados à Coroa disputam o monopólio do poder: os Mononobe, ligados aos antigos cultos nacinais e hostis às novidades vindas do continente, e os Soga, que preconizam um estado fortemente centralizado dispondo de um aparelho burocrático copiado do modelo chinês. Ambos os clãs

divergem quanto ao que fazer com o Budismo: os Soga preconizam sua adoção os Mononobe o repelem. O conflito lembra uma luta de magos: uma epidemia é considerada pelos Mononobe um castigo dos deuses nacionais, irritados com a presença de divindades alienígenas. Os Soga, por sua vez, consideraram-na uma praga enviada pelos Budas contra os Mononobe que os rejeitaram. O conflito explode numa luta armada que culmina no triunfo dos Soga e na eliminação física dos Mononobe. Os Soga constroem o primeiro templo budista japonês: Templo Hôkô-ji ou Asuka-dera, na região de Asuka, onde vários imperadores da época erigem seus palácios.

O chefe do clã Soga, Soga no Umako, assume o poder associado com o Príncipe Regente Shôtoku (577-622) durante o reinado da imperatriz Suiko. A tradição considera o Príncipe Shôtoku como o primeiro grande apóstolo do Budismo no Japão. Distanciando-se consideravelmente de seus contemporâneos que consideravam o Budismo apenas uma magia eficaz para a defesa do Estado contra os inimigos externos e internos e para o apaziguamento de espíritos ancestrais irritados, o Príncipe Shôtoku estuda profundamente as doutrinas búdicas e prega-as na Côrte. Escreve três comentários de textos sagrados que o tornam famoso até na China. Estabelece relações diplomáticas com a China dos Sui, recém reunificada depois de longos séculos de fragmentação política e envia àquele país monges budistas e letrados confucianos para estudarem o Budismo, as instituições e as Leis do Império do Centro. Atribui-se ainda ao Príncipe a promulgação da primeira lei japonesa escrita, as Ordenações em Dezessete Artigos (*Jûshichijôkempô*). Na verdade não sabemos até que ponto tais inovações se devem mesmo ao Príncipe Regente ou se nelas está presente a mão de Soga no Umako.

A atuação do Príncipe Regente Shôtoku representa um primeiro importante momento de associação entre o Budismo e a monarquia japonesa. Cabe aqui uma pequena digressão sobre o problema das relações entre Budismo e monarquia. Quando o Budismo surgiu no século VI a.C., a sociedade indiana era palco de um conflito entre monarquias e estados republicanos. O Budismo surgiu numa sociedade republicana e seu primitivo discurso político é favorável às repúblicas e hostil às monarquias. Entretanto, o conflito terminou com a vitória das monarquias e o esmagamento das repúblicas. O Budismo nascente teve de adaptar-se à nova situação e aceitar a proteção e o patrocínio de monarcas como os reis Bimbisara e Ajatasatru de Magadha e Prasenajit de Kosala, ainda nos tempos do Buda histórico. Mas cabe ao Imperador Açoka o papel de converter-se num verdadeiro arquétipo de rei-legislador budista, imitado posteriormente por muitos monarcas do Extremo-Oriente. Ainda hoje podemos contemplar na Índia inúmeras colunas de pedra em que esse monarca mandou gravar seus éditos de inspiração budista. A figura do Príncipe Shôtoku como legislador deve ser entendida a partir desse

arquétipo, assim como seu contemporâneo o rei tibetano Sron-btsan-gam-po, autor de um código legal em dezesseis artigos. Entretanto, é preciso notar que a legislação atribuída ao Príncipe Shôtoku — cuja tradução foi por nós publicada na revista Estudos Japoneses N.º 2 — não é inteiramente budista, apresentando também influências confucianas e legistas.

Após a morte do Príncipe Shôtoku o processo histórico evolue no sentido de ser implantado no Japão um modelo de estado despótico burocrático de origem chinesa. Em 643 a família do Príncipe Shôtoku é massacrada por Soga no Iruka, filho de Umako. Dois anos depois o clã Soga é aniquilado por um golpe de estado liderado pelo príncipe Nakano Ôe associado a Nakatomi no Kamatari (614-669), líder de um clã que exercia funções sacerdotais. Em recompensa pelos serviços prestados à monarquia, os Nakatomi têm seu nome mudado para Fujiwara e associam-se à Coroa no exercício do poder até o advento do feudalismo. No mesmo ano do golpe, 645, é promulgado o famoso édito da Reforma de Taika que apressa o estabelecimento do estado despótico-burocrático tipo chinês. As terras pertencentes aos clãs aristocráticos são confiscadas e convertidas em propriedade da Coroa. A idéia é converter os aristocratas em funcionários pagos pela Coroa. Os camponeses até então subordinados aos aristocratas são convertidos em súditos da Coroa, com direito a cultivar lotes de terra pública em troca de tributos pagos em espécie e de prestação de corvéias. Na prática subsistem grandes propriedades (*Shôen*) nas mãos dos Fujiwara e dos templos budistas.

Em 672 explode um conflito armado entre duas facções da família imperial liderados pelos príncipes Ôtomo e Ôama. É a chamada Revolta de Jinshin, que culmina com a vitória do Príncipe Ôama, que sobe ao trono com o nome de Tenmu. No reinado de Tenmu, que havia sido monge budista em sua juventude, intensifica-se a associação entre o Budismo e a monarquia. Erradamente visto como uma reação à Reforma de Taika, a Revolta de Jinshin, pelo contrário, apressa a consolidação do modelo despótico-burocrático.

Em 710 pela primeira vez o Japão se vê dotado de uma capital fixa, a cidade de Nara, construída segundo o modelo representado por Chang-An (hoje Si-An), capital do império chinês dos Tang. Nasce a historiografia nacional com a publicação em 712 do *Kojiki* (Relato dos Fatos Antigos) e em 720 do *Nihon Shoki* (Crônica do Japão) crônicas que narram a origem mítica da monarquia, cujos imperadores são tidos por descendentes da deusa solar Amaterasu. As tentativas de dotar o Japão de um código de leis (*Ritsuryô*) inspirado na legislação chinesa, iniciadas em 668, culminam na promulgação do Código Taihō em 700 e do Código Yōrō em 718.

Consta desses códigos um capítulo denominado *Sōni-Ryō* (Estatuto dos monges e das monjas), cuja análise é de grande importância para a com-

preensão das ligações entre o Budismo e o Estado. Templos e monges fazem parte do aparelho do Estado, não constituem uma “Igreja” separada do mesmo. A principal função dos monges é celebrar ritos mágicos pela fertilidade da terra e pela defesa do Estado e cultuar os antepassados da família imperial e dos clãs aristocráticos. Desde 680 os monges são obrigados por decreto a ler ritualmente o *Konkô Myôô-kyô* (Sutra do Esplendor Dourado, do original sânscrito *Suvarna prabhâsa-sûtra*) texto sagrado budista que assegura proteção mágica aos monarcas. Monges e monjas devem se limitar a servir o Estado e qualquer tentativa de pregar o Budismo junto às massas é considerada um ato subversivo.

O momento culminante dessa associação entre a monarquia e o Budismo é a construção, pelo Imperador Shômu, do Grande Buda do Templo Tôdaiji, inaugurado em 752. O Grande Buda de bronze Roshana, de 16 m. de altura, cercado de uma infinidade de minúsculas emanações búdicas idênticas à imagem maior é bem o símbolo do poder despótico do imperador japonês cujo domínio alcança todas as províncias, onde são construídos templos provinciais — *Kokubun-ji* —, réplicas em miniatura do Tôdaiji. A inauguração do Tôdaiji é um evento de dimensão internacional: o monge celebrante é o indiano Bodhisena e a música ritual é dirigida pelo monge vietnamita Buttesu. Nara é no momento a estação terminal da Rota da Seda, do lado do oriente. O *Shôsô-in*, armazém imperial onde foram depositados objetos pertencentes ao Imperador Shômu, possui várias obras de arte de origem persa ou bizantina que chegaram até o Japão via Rota da Seda.

A construção do Grande Buda, se por um lado mostra o apogeu do Budismo oficial integrante do aparelho do Estado, por outro lado mostra o fenômeno de emergência de um outro tipo de Budismo, um Budismo popular independente do Estado e encarado com desconfiança pelo mesmo. Já vimos que a legislação proibia os monges de pregarem ao povo. Muitos entretanto desafiaram essa proibição, como Gyôki (668-749), que além de se tornar um líder religioso popular, notabilizou-se também no campo da assistência social, liderando a construção de estradas e pontes, abertura de poços e fundação de instituições de assistência a necessitados. Os primeiros anos da carreira de Gyôki são marcados pela emissão de vários decretos imperiais que o rotulam de subversivo e ameaçam com terríveis penas os populares que se juntarem a seu movimento. Entretanto, a liderança carismática exercida por Gyôki junto às massas faz com que o Estado aja com cautela, não tomando nenhuma medida concreta contra ele. Quando o Imperador Shômu intenta construir o Grande Buda, cedo percebe que os recursos do Estado são insuficientes para a concretização do projeto e resolve buscar apoio popular. O movimento de Gyôki é assim “recuperado” pelo Estado: Gyôki recebe uma série de honra-

rias e é encarregado pelo Estado da missão de recolher donativos populares para a construção do Grande Buda, tarefa em que foi muito bem sucedido.

A tensão entre o Budismo oficial e os movimentos religiosos populares da qual o movimento de Gyôki representa um primeiro exemplo é praticamente uma constante em toda a história japonesa.